



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681260 - SP (2021/0225580-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNA RIGO LEOPOLDI RIBEIRO NUNES - SP224531  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : E E N S  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de E. E. N. S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (15001422120218260542).

O paciente foi denunciado como incurso nos arts. 241-D do Estatuto da Criança e Adolescente e 217-A, *caput*, do Código Penal, na forma dos arts. 69 e 71, também do Código Penal. Posteriormente, teve decretada sua prisão preventiva.

A impetrante sustenta que não há indícios de materialidade, pois a denúncia é de prática de crime do art. 217-A do CP na modalidade conjunção carnal, e o laudo sexológico foi inconclusivo.

Aponta ilegalidade da decisão que decreta a prisão do paciente, ao argumento de que se baseia na genérica fórmula de “ordem pública” e na gravidade do crime, sem ao menos mencionar o perigo que haveria na liberdade do paciente.

Alega que a decisão combatida não respeita o artigo 312, § 2º, que exige contemporaneidade dos fatos e da decretação da prisão, uma vez que pautada “em situação pretérita em que não foram provados mínima coexistência com as questões em análise nesta ação penal” (fl. 12).

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que seja concedida a liberdade provisória do paciente até o julgamento dest e *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem, confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente